

ARTIGOS

ARTICLES

ARTÍCULOS

A formação do teólogo com mais de 30 anos por meio da Educação a Distância segundo a percepção de ministros eclesiais da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil

The formation of the theologian with over 30 years through Distance Education in the perception of pastors of the Independent Presbyterian Church of Brazil

La formación del teólogo con más de 30 años a través de la educación a distancia como se perciben los ministros eclesiales de la Iglesia Presbiteriana Independiente de Brasil

Ludhiana Ethel Kendrick Silva Bertoncello
Mathias Quintela de Souza

RESUMO

O propósito deste artigo é verificar se a Educação a Distância (EaD) responde à necessidade de formação de pessoas que se despertam tardiamente para o ministério na área teológica. Trata-se de uma pesquisa de campo exploratória, porque visa à explicitação do problema e não se fundamenta especialmente em hipóteses previamente formuladas para posterior testagem, verificação e validação. Para tanto, foram coletadas informações com pessoas maduras que já exercem ministérios nas igrejas locais de uma cidade do interior do País, que pertencem à denominação Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB), para conhecer sua concepção e percepção sobre a formação do teólogo, após os 30 anos de idade, por meio da EaD. Como resultado, percebe-se que há considerável demanda para formação teológica pela modalidade EaD tanto para ministérios ordenados quanto para ministérios não ordenados nas igrejas locais por pessoas maduras e que isto pode representar a democratização do acesso à educação teológica na IPIB. **Palavras-chave:** Educação a distância; teologia; ensino superior; ministério pastoral.

ABSTRACT

The purpose of this article is to verify if Distance Education meets the need of theological formation for those people who later in their lives are called for ministry in the theological field. It is about an exploratory field research, since it seeks the definition of the problem and is not based on previously formulated hypotheses for posterior testing, verification and validation. Therefore, data was collected from mature people who are already involved in ministries in their local churches in

a city in the interior of the country, who belong to the Independent Presbyterian Church in Brazil, in order to find out the notions and perceptions they have on the formation of a theologian after the age of thirty by means of Distance Education. The results revealed that there is considerable demand for theological formation through Distance Learning both for ordained and not ordained mature ministry leaders in local churches, and that this fact may represent democratization of the access of theological education in the Independent Presbyterian Church.

Keywords: Distance education; theology; higher education; pastoral ministry.

RESUMEN

El propósito de este artículo es verificar se la Educación a Distancia (DE) se refiere a la necesidad de una formación teológica de las personas que se despiertan tarde para el ministerio en el área teológica. Es un campo de investigación exploratoria, ya que su objetivo es explicar el problema y no sobre la base de hipótesis previamente formuladas especialmente para la prueba posterior verificación y validación. Por lo tanto, se obtuvo información con personas maduras que ya ejercen ministerios en las iglesias locales de una ciudad del interior del país, perteneciente a la denominación Iglesia Presbiteriana Independiente de Brasil (IPIB) para cumplir con el diseño y la percepción que tienen sobre la formación del teólogo después de los 30 años, a través de la educación a distancia. Como resultado de ello se puede observar que existe una demanda considerable para la formación teológica a través del modo de educación a distancia para los dos ministerios ordenados como para los ministerios no ordenados en las iglesias locales para gente madura y que esto puede representar a la democratización del acceso a la educación teológica en IPIB.

Palabras clave: educación a distancia; teología; educación superior; ministerio pastoral.

Introdução

A consciência da vocação para o ministério eclesiástico desenvolve-se, em muitos casos, durante a participação do sujeito na comunidade eclesial e se manifesta tardiamente, quando o candidato já assumiu compromissos profissionais e familiares. Em virtude disso, a formação teológica exigida para o exercício do ministério torna-se difícil, bem como o acesso a uma instituição de ensino superior de teologia, geralmente localizada em grandes centros. Por isso, corre-se o risco de desperdiçar rico potencial de pessoas maduras e testadas nas atividades que já desenvolvem em suas comunidades religiosas. De acordo com as Escrituras Sagradas, regra de fé e prática para os presbiterianos independentes¹, a liderança é sempre exercida por anciãos ou presbíteros, pessoas experimentadas e com credibilidade nas comunidades onde atuam. Nelas exercem, dentre outras, as funções de apóstolos, bispos, diáconos e pastores².

Autores de diversas tendências teológicas (MOLTMANN, 1978; BOFF, 1994; PARENT, 1990; BERKHOF, 1969) têm-se estudado a pessoa e a obra do Espírito Santo, redescobrimdo os carismas que tornam possível uma variedade de ministérios para o cumprimento da missão do povo de Deus no mundo. O resultado disto é um novo enfoque sobre a eclesiologia,

¹ Livro de Ordem, 2005, Constituição, artigo 2º, p. 16.

² 1 Pedro 5.1-3; Atos 6.1-6, 20.17,28 (In: Bíblia Sagrada, 1993, p. 1206, 1072 e 1093).

reafirmando o princípio do sacerdócio universal, ou seja, que os sujeitos da pastoral não são apenas os profissionais eclesiais, mas todo o povo de Deus. Nesta perspectiva, amplia-se a necessidade de acesso à formação teológica para que as comunidades tenham líderes devidamente preparados e que facilitem os ministérios de todos os seus membros.

Com o reconhecimento oficial dos cursos de ensino superior de teologia, antes cursos livres, ministrados por instituições religiosas, amplia-se o campo da atuação profissional da pessoa formada em teologia. Além das comunidades eclesiais, hoje, ela pode exercer a capelania e assessoria teológica em diversas áreas, bem como o magistério em Instituições de Ensino Superior (IES) e escolas de Ensino Fundamental e Médio.

Pelas razões expostas, propusemo-nos a ouvir, por meio de um instrumento de coleta de dados, tanto ministros cuja vocação se manifestou tardiamente como pessoas maduras que exercem ministérios em suas comunidades, com potencial que pode ser desenvolvido por novas formas de educação teológica que usem os recursos tecnológicos disponíveis nas áreas de comunicação e informação.

Logo, essa pesquisa teve sua origem na necessidade de investigar a seguinte questão: Qual a concepção e percepção dos ministros ordenados e não ordenados, membros e participantes das igrejas locais de uma cidade do interior do País que pertencem à Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, sobre a formação do teólogo, após os 30 anos de idade, por meio da Educação a Distância (EaD)?³

Uma das motivações para explorar o potencial que a EaD e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) representam para a educação superior em teologia, deve-se à constatação feita por vários autores (GUAREZI; MATOS, 2009; PRETI, 1998; MATIAS-PEREIRA, 2010; TORRES; LUNARDI; VIANNEY, 2005), de que as soluções de EaD nos sistemas formais e não-formais de ensino têm sido uma tendência em muitos países, principalmente para a educação das licenciaturas de ensino, cujos participantes, em grande número no Brasil, são professores que já atuam em salas de aula. É o que constatou a pesquisa de Silva e Carvalho (2006), no caso específico da Paraíba: 85% dos alunos que fazem o curso na modalidade a distância, ofertado pelo Programa de Formação de Professores (PROFORMAÇÃO) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), são oriundos de municípios do interior e apenas 9% deles não exercem atividades docentes na Educação Básica.

O nosso principal objetivo foi, portanto, verificar se essa modalidade de ensino responde às necessidades de formação teológica de pessoas que se despertam tardiamente para o ministério na área teológica.

³ A Constituição da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil faz a distinção entre ministros ordenados e não ordenados no Artigo 27. O princípio do sacerdócio universal, no entanto, amplia os nossos horizontes.

Justifica-se a persecução deste objetivo pela necessidade de capacitar academicamente as pessoas vocacionadas, maduras e experientes, que já exercem ministérios em suas comunidades e que podem desenvolver consideravelmente o seu potencial. Este objetivo insere-se no desafio maior de democratizar o acesso à educação.

Juntamente com essa análise, procuramos: inserir a Educação Teológica a Distância no cenário da EaD no Brasil em termos de seus conceitos, história e modelos; realizar um levantamento dos cursos de Educação Teológica oferecidos no País na modalidade de EaD reconhecidos pelo MEC; distinguir a Educação a Distância na Educação Superior em Teologia e seus desdobramentos.

1. Educação a distância no Brasil: conceito, história e modelos

A legislação brasileira define a Educação a Distância no Art. 1º do Decreto nº 2.494 de 10/02/1998, que regulamenta o Art. 80 da L.D.B. nº 9.394/96 (BRASIL, Apud SAAD, 2010, p. 46), como:

Uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Matias-Pereira (2010) considera que, tendo em vista as transformações sociais aceleradas pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação, o cidadão terá de ser capaz de se adaptar a novas realidades e, em especial, de aprender a desempenhar novas tarefas de uma forma rápida e eficiente. Neste contexto, Peters, citado por Matias-Pereira (2010, p. 3) define a educação a distância

como um método racional de compartilhar conhecimentos, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, bem como pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para produzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender.

Bertoncello e Dias (2010, p. 36) referem-se à EaD “como um processo de ensino/aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente”. Apesar de não estarem normalmente juntos, podem, no entanto, estar interligados por tecnologias como a internet, o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e outras semelhantes.

Essa modalidade de ensino supera limitações de lugar, de tempo, de ocupação ou idade de alunos. Implica mudança de paradigmas que harmonizem conteúdos com sólidos fundamentos epistemológicos com os recursos das TIC. Ou, para empregar metáforas de Cristo, é o desafio sempre presente na educação de colocar vinho novo em odres novos para que ambos sejam conservados⁴.

Bertoncello (2010, p. 39-43) pondera que a EaD tem particularidades em sua prática. Utiliza ferramentas midiáticas consideradas como novas linguagens a serem utilizadas no contexto pedagógico. Essas ferramentas classificam-se em síncronas, quando a comunicação se dá em tempo real, e assíncronas, quando a comunicação emitida por uma pessoa pode ser respondida por outras mais tarde. Dentre as primeiras, podem ser mencionadas a sala de bate-papo online (chat) e a videoconferência; dentre as de comunicação assíncrona, destacam-se o correio eletrônico e a lista de discussão (fórum). O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) é de fundamental importância, porque contém várias das ferramentas já mencionadas, como os chats, fóruns, e-mails e espaços de publicação de material do professor.

PEREIRA; SCHMITT; DIAS, 2007 (apud BERTONCELLO, 2010, p. 44-45) apresentam o AVA como um ambiente midiático e virtual que se utiliza do ciberespaço para difundir conteúdos e permitir interação entre alunos e professores, mediando o processo de ensino-aprendizagem a distância. Segundo esses autores, os principais recursos tecnológicos utilizados em um AVA podem ser agrupados em quatro eixos: 1) para a apresentação e distribuição das informações institucionais, do conteúdo, de materiais didáticos e de arquivos; 2) comunicação: para comunicação assíncrona e síncrona entre professores e alunos; 3) gerenciamento pedagógico e administrativo: para consulta à biblioteca, à secretaria, às avaliações; 4) produção: para a participação conjunta no desenvolvimento de atividades e resolução de problemas.

Romero Tori, autor do livro “Educação sem Distância” (Editora Senac), em entrevista concedida à Folha OnLine Educação, divulgada no dia 12 de março de 2010 (apud BERTONCELLO, 2010, p. 50-51) minimiza o título “a distância” ao afirmar que “existem alunos em um presencial que estão muito mais distantes do que no virtual”. Defende ainda a integração das modalidades presencial e a distancia porque, em qualquer modalidade, os alunos têm de aprender a filtrar o conteúdo que acessam via internet e os professores terão que ensiná-los a transformar as amplas informações disponíveis em conhecimento. Essa integração, proposta por Romero Tori, já tem amparo legal, pois o MEC prevê que 20% das disciplinas de graduação nos cursos presenciais podem ser virtuais (Portaria do Ministério da Educação nº. 2253, de 2001).

⁴ Mateus 9.17 (In: Bíblia Sagrada, 1993, p. 934).

PRETI (1998, p. 26), depois de reconhecer o desenvolvimento positivo das TIC aplicadas à educação a distância, no contexto da globalização, adverte quanto ao perigo do fascínio e da sedução por estas tecnologias (chamadas até de “inteligentes”), vistas como capazes de solucionar todos os problemas de aprendizagem e sanar todas as dificuldades de acesso ao saber. No entanto, pondera:

Se antes existiam muitas resistências e preconceitos quanto a esta modalidade, parece que a conjuntura econômica e política no limiar do milênio acabou encontrando nesta modalidade uma alternativa economicamente viável, uma opção às exigências sociais e pedagógicas contando com o apoio dos avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação. Isto é, dentro desta crise estrutural, a conjuntura política e tecnológica tornou-se favorável à implementação da EAD. Ela passou a ocupar uma posição instrumental estratégica para satisfazer as amplas e diversificadas necessidades de qualificação das pessoas adultas.

No Brasil, a primeira geração de EaD surgiu em 1904, mas só ganhou visibilidade a partir da década de 70, com ações isoladas nas instituições públicas e privadas (SAAD, 2010). Todavia, foi a partir da década de 90 que surgiram as primeiras medidas do Governo Federal para o reconhecimento oficial.

Com decretos e convênios, foram criados diversos órgãos envolvendo principalmente o MEC e universidades. Mas o grande ponto de partida foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que dispôs, no caput do artigo 80: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a vinculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidade de ensino, e de educação continuada” (apud SAAD, 2010, p. 48). A partir deste marco histórico, desencadeou-se o processo de reconhecimento da EaD no Brasil, gerando uma série de legislações públicas para a área.

Este é o panorama da EaD no Brasil no qual se insere a educação teológica nesta modalidade.

2. O Ensino Superior em Teologia e a EAD

Quanto à educação teológica, Cabral e Aragão (2007) destacam os esforços do Departamento de Pesquisa e Assessoria (DEPA) do Centro Nordestino de Pastoral, da Igreja Católica, que desenvolveu um modelo de formação tanto de sacerdotes ordenados como de agentes de pastoral na modalidade mista de educação presencial e a distância. A motivação foi o novo conceito de Igreja, desenvolvido pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), definindo a Igreja como povo de Deus em opo-

sição ao conceito do Concílio de Trento (1545-1563) que considerava a Igreja restrita à hierarquia.

Três seminaristas do Instituto de Teologia do Recife (ITER) pediram para que fosse encontrada uma forma de realizar seus estudos mais próximos da sua realidade e, se possível, com acompanhamento esporádico, permitindo-lhes morar em seu futuro ambiente de atuação pastoral. Dois deles aspiravam ao sacerdócio ordenado, enquanto o outro era militante da Ação Católica Operária. Professores do ITER e autoridades eclesásticas viabilizaram a realização desse anseio por intermédio do DEPA, cujo propósito primordial foi o de proporcionar capacitação teológica sem retirar os formandos de seus ambientes de atuação.

Embora essa experiência tenha durado de 1977 a 1990, sem muitos recursos tecnológicos e sem reconhecimento oficial do MEC, deixou contribuição que merece ser considerada como paradigma para os projetos que seriam desenvolvidos a partir de 1996. Cabral e Aragão (2007, p. 23), que analisaram o projeto do DEPA, ponderam:

A EaD traz vantagens relevantes, proporcionando maior produtividade com um custo-benefício favorável, tanto para os alunos e professores, como também para a instituição de ensino. Mas, revisitando a trajetória do DEPA, devemos perguntar se a EaD também está tornando-se um agente de mudanças e transformações das práticas pedagógicas, a partir do qual o estudante seja provocado para investir na sua formação, apropriando-se de conhecimentos numa relação mais dialógica com os professores, formando uma rede colaborativa em que os aspectos da interatividade sejam reforçados e a autonomia valorizada.

Hoje, há oito instituições credenciadas pelo MEC que oferecem cursos de bacharelado em Teologia a distância no Brasil⁵: (1) CEUCLAR (Claretiano Centro Universitário); (2) UMESP (Universidade Metodista de São Paulo); (3) ULBRA (Universidade Luterana do Brasil); (4) UNIGRANRIO (Universidade do Grande Rio); (5) FACEL (Faculdades de Administração, Ciências, Educação e Letras); (6) UNIASSELVI (Centro Universitário Leonardo da Vinci); (7) FTBP (Faculdade Teológica Batista do Paraná) e (8) UNIS (Centro Universitário do Sul de Minas).

Mediante um levantamento nos sites oficiais dessas instituições, percebe-se que elas atendem aos requisitos legais e às concepções constitutivas básicas que devem orientar a escolha de modelos de qualidade em educação superior a distância, como já vimos nas considerações de

⁵ Segundo os dados do Ministério da Educação - Sistema e-MEC (Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados), atualizados na página virtual em: 13 dez. 2012. <http://emec.mec.gov.br/>.

vários autores. Uma pesquisa realizada em 16 de julho de 2009, mencionada por Lopes (2009), informa a demanda de alguns cursos *online* naquela época em relação com o curso de Teologia: Administração, 2.390.000; Pedagogia, 444.000; Teologia, 249.000. Esses números nos permitem concluir que a cultura tecnológica da internet como ferramenta da educação teológica já está implantada, mas ainda há muito campo para o crescimento.

Esse panorama constitui desafio para a pesquisa de demanda de formação teológica a distância tanto nos grandes centros quanto nas regiões periféricas do país onde o acesso à educação superior é deficiente em todas as áreas do conhecimento.

3. Metodologia

Para Gil (1991), a pesquisa científica tem como finalidade primeira descobrir respostas para problemas mediante o uso de procedimentos científicos, por meio de um processo formal e sistemático. Logo, quanto aos seus objetivos, a metodologia desta investigação define-se como uma pesquisa de campo exploratória, porque visa à explicitação do problema e não se fundamenta especialmente em hipóteses previamente formuladas para posterior testagem, verificação e validação.

Para tanto, foi elaborado um instrumento para a coleta de dados: um questionário estruturado com 21 perguntas semiabertas e fechadas. O questionário foi dividido em três partes:

Parte 1. Seção de caracterização do respondente (seis questões);

Parte 2. Chamada de grupo 1, referente àqueles que fizeram curso superior de teologia tardiamente, nas modalidades presencial e/ou a distância, sendo ministros ordenados ou não (seis questões);

Parte 3. Chamada de grupo 2, referente àqueles que não fizeram curso superior de teologia, mas exercem funções na igreja como ministros não ordenados (nove questões).

O universo da pesquisa foi composto por líderes ministeriais da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB). Porém, a nossa amostra foi composta pelo conjunto de ministros e/ou membros que participam de ministérios nas igrejas dessa denominação evangélica numa cidade no interior do País.

Foram distribuídos 42 questionários via e-mail. Destes, retornaram 25 questionários preenchidos, o que correspondeu a 59,5% da amostra. Antes da aplicação, o questionário foi submetido a um pré-teste com cinco sujeitos não-participantes da amostra, com a finalidade de observar os aspectos de linguagem, visualização, tempo e forma de preenchimento.

4. Resultados

Dos 25 sujeitos que responderam ao questionário, 60% eram do sexo masculino e 40% do sexo feminino. Isto mostra a tendência da predominância do gênero masculino quando o ministério é de liderança.

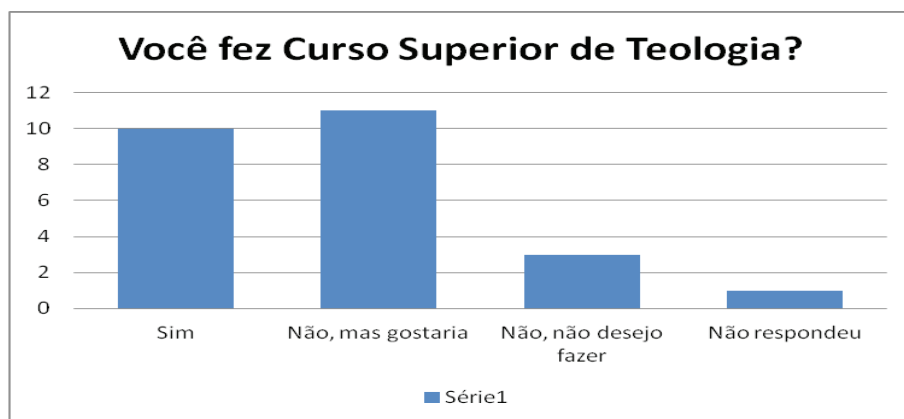
Quanto à idade média da amostra, foi observado: 24% estão entre 30 e 40 anos, 44% estão entre 41 e 50 anos e 28% tem mais de 50 anos. 4% dos entrevistados não mencionaram a idade. Estes dados são importantes quando analisarmos os ministérios que essas pessoas exercem e a demanda por formação em curso superior de teologia, principalmente do Grupo 2, referente àqueles que não fizeram curso superior de teologia, mas exercem funções na igreja como ministros não ordenados.

Quanto ao estado civil, é compreensível que a maioria (84%) seja constituída de pessoas casadas por terem mais de 30 anos de idade, 12% de pessoas solteiras e apenas uma pessoa (4%) se classificou na categoria de outros.

Quanto à filiação, 84% pertencem à Primeira IPI e 12% às Quarta, Nona e Décima IPIs da cidade. Isto, talvez, se deva ao fato de que a Primeira Igreja seja maior, e, por ser uma igreja em células, envolva uma porcentagem alta de seus membros nos ministérios da igreja.

Todos os respondentes exercem ministérios na igreja como pastores, presbíteros, diáconos, missionários, obreiros e líderes de células. Quando foram perguntados se tinham curso superior de teologia (Gráfico 1), 10 responderam que sim; 11 que não, mas gostariam de fazer; três não desejam fazer e um não respondeu. A demanda por formação teológica ficou demonstrada, pois 44% dos membros que já exercem ministérios nas igrejas expressaram o desejo de fazer um curso superior de teologia.

Gráfico 1 – Situação quanto ao Curso Superior de Teologia



4.1. Análise do Grupo 1

Pertencem ao grupo 1 aqueles que fizeram curso superior de teologia tardiamente, nas modalidades presencial e/ou a distância, e são ministros ordenados ou exercem ministérios não ordenados. Enquadrados a essa especificidade, foram encontrados 10 sujeitos na amostra. Seis deles fizeram o curso na Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA), dois no Seminário Antonio de Godoi Sobrinho (STAGS), um no Instituto e Seminário Bíblico de Londrina (ISBL) e um na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Oito sujeitos fizeram o curso na modalidade presencial e dois em cursos que englobaram a modalidade presencial e a distância (mista).

Todos os que foram ordenados, com exceção dos que estudaram no STAGS, fizeram reciclagem teológica, na modalidade mista, o que corresponde à validação dos cursos por exigência da denominação. Oito deles foram ordenados ao ministério pastoral e dois não foram, mas aspiram a isso.

De acordo com o questionário, em 50% dos casos, a idade de ingresso no curso superior de teologia ficou entre os 31 e 40 anos de idade. Somente em 10% houve o ingresso antes dos 30 anos. Este dado é resultante do acesso facilitado na cidade da pesquisa, porque lá funcionam cursos superiores de teologia no período noturno e, mais recentemente, curso a distância, por meio do polo da UMESP.

Quanto à formação em curso superior de teologia na modalidade EaD, três responderam que conhecem algum pastor formado nessa modalidade e sete responderam que não conhecem. Na questão sobre se eles recomendariam o curso superior de teologia na modalidade a distância, o posicionamento foi o seguinte: sete disseram que sim, dois que não e um não se considerou qualificado para fazer recomendações por falta de experiências pessoais.

Os que responderam sim, justificaram suas respostas conforme segue abaixo (QUADRO 1):

Sujeitos	Justificativas
Sujeito 1	“Sim, pois essa modalidade de EaD reúne no mesmo método a facilidade de estudo e boa qualidade de ensino, possibilitando ao aluno um melhor planejamento do tempo”.
Sujeito 2	“Porque creio que é uma alternativa para quem tem uma ocupação e tem dificuldades de estar presente às aulas, inclusive proporcionando um horário mais flexível. Creio que os cursos a distância têm o mesmo conteúdo dos cursos presenciais”.
Sujeito 3	“Sim, condicionado a metodologias criteriosamente desenvolvidas de forma a exigir profunda dedicação e senso crítico do aluno”.
Sujeito 4	“Devido à informatização e à facilidade de comunicação proporcionada pela internet através das redes sociais e outros”.

Sujeito 5	"Entendo que a natureza da matéria Teologia permite o estudo a distância, visto que, será necessário um tempo de prática junto a uma igreja local para completar o processo com a ordenação e/ou exercício do ministério".
Sujeito 6	"Creio que aumentará a oportunidade para mais pessoas se prepararem para o exercício de seus ministérios".
Sujeito 7	"Sim, pela facilidade de acesso ao conhecimento, podendo conciliar com os compromissos e imprevistos que ocorrem".

Quadro 1 – Justificativas para fazer um curso em EaD

As justificativas demonstram conhecimento das possibilidades de aplicação das tecnologias da informação e comunicação ao ensino teológico. De igual modo, também reconhecem a EaD como oportunidade de acesso aos estudos para pessoas maduras que já exercem ministérios em suas igrejas, mas que estão impossibilitadas de se locomover de seus locais de origem para as instituições de ensino superior em teologia.

Aqueles que não recomendariam o curso pela EaD (20%), justificaram também as suas respostas. Sujeito 8: "Eu não faria. Teologia é mais do que uma tela fria que fala de coisas muito sérias. Teologia é viver a dor do colega presente, é discutir o que não concorda, é fazer parte de uma turma de carne e não virtual. Jesus, quando ensinou, viveu 100% homem, 100% Deus, não deixou de tocar nas pessoas quando ele poderia, com sua palavra, mesmo distante, fazer a obra. Fico pensando: como será o rebanho deste pastor virtual?" Sujeito 9: "Não, por tantas dúvidas que surgem. A distância só se o aluno for muito disciplinado e dedicado". Sujeito 10: "Não tenho experiências pessoais, fator que me desqualifica para recomendações".

As justificativas dos que não recomendariam a EaD funcionam como alerta para que, às vantagens do custo-benefício que esta modalidade proporciona para professores, alunos e instituições, deve-se acrescentar o empenho para que o conhecimento seja apropriado pelos alunos numa relação dialógica com os professores, num ambiente de colaboração que reforce a interatividade e a autonomia.

4.2. Análise do Grupo 2

As respostas obtidas revelaram 15 sujeitos correspondentes a este grupo, ou seja, aqueles que não fizeram curso superior de teologia, mas exercem funções na igreja como ministros não ordenados: sete são líderes de células (47%), seis são supervisores de líderes de células (40%) e dois exercem a diaconia (13%). Quanto à formação, 13 deles fizeram o Curso Médio de Teologia (CMT) ou equivalente⁶: seis se formaram pela

⁶ De acordo com a Lei Ordinária dos Ministérios Ordenados e não Ordenados na Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, o ministro não ordenado deverá ter curso médio de teologia ou seu equivalente, e deverá ser membro de uma igreja local que exercerá jurisdição sobre ele. <<http://www.ipib.org/index.php/downloads/category/37-leis-ordinarias>>.

Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA) em parceria com a Primeira Igreja e sete no Centro de Capacitação Ministerial (CCM), que sucedeu o CMT, oferecido pela Primeira IPI da cidade.

Todos participaram de alguns ou de todos os seguintes cursos oferecidos pelas igrejas locais, com carga horária média de 15 horas: Treinamento de Auxiliar de Líder, Treinamento de Auxiliar de Supervisor, Pastoreando o Rebanho, Aconselhamento, Família no Propósito de Deus, Módulos de Igreja em Células, Conhecendo a Minha Fé I e II, Visão Panorâmica do Antigo Testamento, Visão Panorâmica do Novo Testamento, Ministério Infantil, Curso de Artes, Estudo Bíblico Indutivo, Princípios Cristãos de Finanças e Como Ler a Bíblia.

Desse grupo, cinco sujeitos (33%) aspiram à ordenação para ministérios oficialmente reconhecidos: dois para pastor, dois para missionário e um para educador cristão. Nove sujeitos desse grupo, ou seja, 60% deles não aspiram à ordenação. Um (7%) não respondeu.

Embora 60% deles não aspirem ao ministério ordenado, 73% deles fariam um curso superior de teologia, o que demonstra o interesse pela formação teológica para servir nos trabalhos das igrejas locais.

Respondendo à pergunta: se tivesse oportunidade, faria o curso superior de teologia? Dois deles disseram que não fariam o curso, um não respondeu, um faria o curso na modalidade presencial e onze fariam o curso a distância. Destes, dez apresentaram as razões pelas quais fariam nesta modalidade (QUADRO 2):

Sujeitos	Justificativas
Sujeito 11	"Presencialmente não conseguiria ajustar meu horário com as atividades atuais".
Sujeito 12	"Em virtude da distância que há entre (cidade de residência) e as cidades onde têm Seminário Teológico; também não posso, no momento, deixar o trabalho à frente da congregação".
Sujeito 13	"Infelizmente não tenho mais paciência para enfrentar uma sala de aula todos os dias".
Sujeito 14	"Trabalho o dia todo e tenho alguns compromissos a noite, fazendo o curso a distância posso administrar melhor o meu tempo e conseguir estudar".
Sujeito 15	"Devido a eu ser casada, ter três filhos e exercer ministérios que requerem tempo e dedicação, não conseguiria frequentar um curso presencial. Gosto de ler, escrever e até mesmo fazer a minha devocional quando todos já estão dormindo. O tempo que tenho livre tento dedicar ao máximo à minha família e os afazeres para o bom andamento da minha casa".
Sujeito 16	"Praticidade".
Sujeito 17	"Por imaginar que à distância eu poderia ter mais maleabilidade nos horários".
Sujeito 18	"Tenho filho pequeno, é inviável participar de um curso presencial".
Sujeito 19	"O conteúdo do curso que fiz a distância era uma revisão do que eu já havia vivenciado em cursos presenciais".
Sujeito 20	"Por ser mais prático".

Quadro 2 – Justificativas para fazer um curso em EaD

Quanto ao que preferiu o curso presencial, o argumento foi: “Creio que na modalidade presencial o aproveitamento seria melhor” (Sujeito 24).

Embora haja preferência pela modalidade a distância, apenas duas pessoas (13%) conhecem algum pastor que tenha sua formação teológica nessa modalidade. Treze (87%) não conhecem. Da mesma forma, apenas um (7%) conhece cursos de educação superior de teologia que são ofertados no Brasil, treze (87%) não conhecem, e um (6%) não respondeu. A preferência, no entanto, demonstra que a maioria tem noção do que seja EaD.

Como os participantes são ministros e/ou membros das igrejas locais de uma cidade do interior do País que, por sua vez, estão integradas à IPI do Brasil, os posicionamentos dessa denominação afetam diretamente e, de maneira especial, aos que aspiram à formação teológica com vistas aos ministérios ordenados.

4.3. Acesso à Educação Superior em Teologia e aos ministérios na Igreja Presbiteriana Independente do Brasil

As igrejas locais às quais pertencem os respondentes da nossa amostra participam da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, uma federação de igrejas locais⁷. A IPIB afirma a diversidade de ministérios⁸ e exige o devido preparo acadêmico⁹ para todos os presbíteros docentes ou ministros¹⁰ e para algumas categorias de ministros não ordenados¹¹. Para a ordenação a ministro, exige-se do candidato que seja comprovada “a sua graduação em curso teológico da Igreja”¹². Dos que responderam ao questionário, dois fizeram o curso teológico presencial na FTSA, instituição interdenominacional, e a reciclagem exigida pela denominação¹³ na modalidade a distância no STAGS.

O acesso a curso superior de teologia atualmente na IPIB, principalmente para os que aspiram à ordenação como ministros, pode ser melhor compreendido à luz da sua história. Quando foi organizada em 1º de agosto de 1903, todos os ministros eram egressos da igreja-mãe. No entanto, segundo CAMPOS (2005), em 21/04/1905, foi inaugurado em São Paulo o Instituto Teológico, dentro do Colégio Evangélico:

⁷ Livro de Ordem, 2005, Constituição, Artigo 7º, p. 17: “A comunhão presbiteriana é uma federação de igrejas locais que, embora tenham personalidade jurídica própria, estão jurisdicionadas aos concílios a que pertencem”.

⁸ Op. cit., Constituição, Artigo 26, p. 28.

⁹ Op. cit., Constituição, Artigo 47, p. 36.

¹⁰ Op. cit., Constituição, Artigo 29, alínea I, p. 30.

¹¹ Op. cit., Constituição, Artigo 27, parágrafo 2º, p. 28-29.

¹² Op. cit., Constituição, Artigo 47, parágrafo 1º, p. 36.

¹³ Op. cit., Constituição, Artigo 47, p. 36, parágrafo primeiro: “Os candidatos graduados por outras instituições teológicas deverão submeter-se a reciclagem de curso, conforme regulamentação da Assembleia Geral”.

Para o Colégio Evangélico vinham meninos e jovens de várias partes do Estado de São Paulo, a fim de receberem formação. Porém, muitos deles se tornariam aspirantes ao ministério, recebendo neste mesmo espaço a formação específica para o pastorado da nova denominação (CAMPOS, 2005, p. 10-11).

Percebe-se que, desde as suas origens, o Seminário de São Paulo atendia principalmente à demanda por formação teológica na capital e no estado de São Paulo, onde se concentrava a maioria das igrejas. Etz Rodrigues, citado por Lessa (1983), observou que em 1907 a nova denominação já contava com 56 igrejas e que os campos eram vastíssimos, indo desde Manaus até aos estados de Santa Catarina e Goiás. O Presbitério do Norte só pôde ser organizado no final do terceiro decênio porque novos obreiros foram recebidos e alguns deles tinham estudado no Seminário Presbiteriano do Norte. Na mesma época, cinco obreiros leigos, isto é, sem formação acadêmica em teologia, foram ordenados no sul. Ao cabo de 40 anos, período estudado por Etz Rodrigues, ele observou que setenta ministros tinham ingressado na IPIB: 35 eram fruto do Seminário de São Paulo, 11 foram leigos ordenados e os demais fizeram cursos em outras instituições.

A partir da década de 60, houve iniciativas para a descentralização do acesso à formação teológica. No sul, segundo Oliveira (2005), a região abrangida pelo Sínodo Meridional, que incluía os estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso, contou com os esforços de João de Godoy e Antonio de Godoy Sobrinho, que organizaram o Instituto Bíblico João Calvino (IBJC) em 1962, com sede em Arapongas. Os alunos formados no IBJC supriram a demanda de pastores na região e contribuíram para que diversas igrejas surgissem. O IBJC encerrou as suas atividades em 1977. “Dos alunos que passaram pelo “João Calvino”, em número de sessenta e sete, muitos hoje ocupam cargos relevantes e estão exercendo cargos de liderança na igreja por todo o país” (OLIVEIRA, 2005, p. 48).

Ainda segundo Oliveira (2005), com a desativação do IBJC, já se pensava, desde 1978, na criação de uma escola superior de teologia em Londrina. O sonho tornou-se realidade em 1982, cumprindo decisão tomada pelo então Supremo Concílio em 1978. “Nestes 23 anos de funcionamento (2005), o Seminário já graduou 328 alunos, dos quais diversos estão ocupando cargos de liderança na vida da IPI do Brasil” (OLIVEIRA, 2005, p. 50). Além da graduação em teologia, o Seminário de Londrina ofereceu o curso de reciclagem exigido pela igreja a candidatos que estudaram em outras instituições tanto da região do Norte do Paraná como de outras regiões do País.

Quanto ao Norte, Rodrigues-Oliveira (2005) observa que foram enviados pastores do sul, na primeira década da história da IPIB, para

consolidar o movimento da independência na região. No entanto, na segunda década, todos retornaram, ficando na região apenas o Rev. Manoel Machado. As crises que assolavam o Norte-Nordeste com as constantes e cruéis secas forçavam a migração não só para os centros urbanos do litoral, mas também na sua maioria para o “sul maravilha”. O Rev. Machado lamentava que a igreja do sul havia se tornado o “paraíso do nortista que não ama seu Norte”.

A demanda de obreiros seria suprida por candidatos formados em instituições de outras igrejas e pela ordenação de leigos sem formação em curso superior de teologia. Segundo Rodrigues-Oliveira (2005, p. 63):

Longe do único seminário da denominação em São Paulo, contando com as dificuldades de retorno à região depois do curso em São Paulo, os seminários de outras denominações surgiram como única alternativa ao treinamento dos candidatos do Norte e do Nordeste.

Ainda segundo Rodrigues-Oliveira (2005), nem a ordenação de leigos nem a formação dos seus candidatos em seminários de outras denominações representavam soluções adequadas para as necessidades da igreja na região. O Seminário Presbiteriano Independente Rev. Manoel Machado (1965-1975) entregou à IPIB, bem como a outras denominações, diversos graduados em teologia. Mas, em 1º de março de 1986, foi instalado o Seminário Teológico de Fortaleza cumprindo decisão do Supremo Concílio, tomada em 1984, em sua reunião em Londrina. Rodrigues-Oliveira (2005, p. 76) ressalta a contribuição do Seminário de Fortaleza depois de ter superado diversos desafios:

Decorridos dezenove anos nesse processo, cento e oitenta e sete estudantes já concluíram o seu curso de teologia (até dezembro de 2004), sendo oitenta e dois da IPI do Brasil, dos quais sessenta e dois servem diretamente como pastores e pastoras, sem mencionar os concludentes de outras igrejas. Vinte e três militam fora do Norte/Nordeste, mostrando que o Seminário tem suprido necessidades também fora da sua região, principalmente no Centro-Oeste, onde dezesseis graduados estão servindo a igreja.

Esse processo de descentralização foi alterado pela decisão tomada pela Assembleia Geral, reunida na cidade de Maringá em 22 de novembro de 2007¹⁴, que redirecionou o ensino teológico para uma única instituição. Os motivos foram: a demanda insuficiente, condições financeiras, condições de trabalho e dificuldades para reestruturar os cursos diante dos desafios relatados pela entidade mantenedora. Decidiu-se instalar a Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente (FATIPI) nas

¹⁴ Atas da Assembleia Geral da IPIB, 2007.

proximidades de São Paulo, tendo como uma das razões o aproveitamento da autorização do MEC concedida ao Seminário de São Paulo. Nessa mesma reunião, foi aprovado um cronograma da reestruturação e suas implicações para os seminários de São Paulo, Londrina e Fortaleza. Só o Seminário de São Paulo ficou autorizado a iniciar turma, em 2008, com, no mínimo, 20 alunos para o 1º ano. Registraram votos contrários representantes de onze Presbitérios dos Sínodos Brasil Central, Meridional, Nordeste, Setentrional e Vale do Rio Paraná.

Em outra decisão tomada pela Assembleia Geral, reunida de 11 a 15 de fevereiro de 2011, em Poços de Caldas, foi mantido o direito de ingresso à reciclagem acadêmica, mas restrito aos bacharéis em teologia *formados por seminários oficiais de igrejas protestantes históricas* (presbiterianas, luteranas, congregacionais, metodistas, batistas e anglicanas) de nível superior e *curso presencial* com no mínimo 2.400 horas aulas. Os alunos do curso de reciclagem deverão cumprir programa de 32 créditos, sendo que cada crédito corresponde a 20 horas-aula, através de trabalhos e provas, ou seja, em caráter não presencial¹⁵. De acordo com esta decisão, todos os que foram ordenados (como revela a amostra da nossa pesquisa) não teriam hoje acesso ao ministério na IPIB.

Além da restrição mencionada, a reciclagem, antes feita nos Seminários de São Paulo, Londrina e Fortaleza, só poderá ser feita agora na FATIPI localizada em São Paulo.

Considerações finais

Como as igrejas da IPIB concentram-se na região Sudeste (São Paulo e Sul de Minas), na região Sul (Paraná) e no litoral das regiões Norte e Nordeste, há muito espaço para expansão, principalmente no extremo sul, na região centro-oeste e no interior das regiões norte e nordeste. A visão missionária reclama arrojo na devida preparação de obreiros para consolidar a obra nas regiões conquistadas e para avançar na proclamação do evangelho do reino em regiões necessitadas do testemunho cristão.

Na análise, ficou evidente que há enorme potencial de recursos humanos, representado por pessoas maduras, que precisa ser aproveitado para os ministérios nas igrejas locais e para o avanço missionário. O acesso à formação em curso de ensino superior de teologia, em todas as regiões do País, torna-se possível com o uso das tecnologias da informação e comunicação, cada vez mais acessíveis, na EaD.

Os progressos alcançados nesta modalidade de educação, nas diferentes áreas do conhecimento, constituem desafios para a elaboração de um diferencial educacional na área teológica que alcance todas as regiões brasileiras, com educação de qualidade e encarnada nas situações nas quais os agentes de ministérios e de missões atuam.

¹⁵ O Estandarte, Caderno Especial de Atas, maio de 2011, p. 9.

Por fim, apontamos para a necessidade de um estudo mais aprofundado da experiência histórica da IPIB na área de educação teológica, com a previsão do impacto sobre o futuro da igreja como resultado das decisões tomadas sobre o assunto a partir de 2007.

Referências bibliográficas

Atas da Assembleia Geral da IPIB, 2007. Disponível em <<http://www.ipib.org/index.php/downloads/category/5-atas-da-ag>>. Acesso em: 08 jul. 2012.

BERKHOF, Hendrikus. *La Doctrina del Espiritu Santo*. Buenos Aires: La Aurora, 1969.

BERTONCELLO, Ludhiana Ethel Kendrick Silva; DIAS, Aleksander Pereira. *Inovações e novas tecnologias aplicadas ao Ensino Superior*. Maringá, PR: Cesumar, 2010.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. São Paulo, SP: Ática, 1994.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade; ARAGÃO, Gilbraz de Souza. Um ensaio de Educação a Distância: formação teológica ministrada através do Departamento de Pesquisa e Assessoria (1977-1990). *Revista de Teologia e Ciências da Religião*, ano 6, n. 6, p.1-26 (2007).

CAMPOS, Leonildo Silveira. *O Seminário Teológico de São Paulo: notas históricas*. São Paulo, SP: Pendão Real, 2005 (Cadernos de O Estandarte, p. 7-44).

O Estandarte. Periódico oficial da IPI do Brasil. São Paulo: Pendão Real, 2011.

GUAREZI, Rita Cassia Menegaez; MATOS, Márcia Maria de. *Educação à distância sem segredos*. Curitiba, PR: IBPEX, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 1991.

LESSA, Roberto Vicente Cruz Themudo et al. *1903 – 31 de julho – 1983*. Um passado tão presente. São Paulo: Pendão Real, 1983.

Livro de Ordem: Constituição, Código Disciplinar, Código Eleitoral, Estatuto, Padrão de Estatuto e Regimento Interno. Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. São Paulo: Editora Pendão Real, 2005.

LOPES, Nicanor. Formação teológica na modalidade da Educação a Distância. *Revista Caminhando*, v. 14, n. 2, p. 67-79 (jul./dez. 2009).

MATIAS-PEREIRA, José. Educação superior a distância, tecnologias de informação e comunicação e inclusão social no Brasil. *Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação*, v. 12, n. 2, p.1-20, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://200.17.141.33/index.php/epic/article/view/67>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sistema e-MEC. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

MOLTMANN, Jürgen. *La Iglesia en la fuerza del Espíritu*. Salamanca: Sígueme, 1978.

OLIVEIRA, Silas. *Educação Teológica no Sul: retrospectiva, história e perspectivas para o futuro*. São Paulo, SP: Pendão Real, 2005. (Cadernos de O Estandarte, pp. 45-58).

PARENT, Rémi. *Uma Igreja de batizados: para superar a oposição clérigos/leigos*. São Paulo, SP: Paulinas, 1990. 186p.

PRETI, Oreste. Educação a distância e globalização: desafios e tendências. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 191, p.19-30, 1998. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/223/227>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

RODRIGUES-OLIVEIRA, Áureo. *Educação Teológica e a IPI do Brasil no Norte/Nordeste*. São Paulo, SP: Pendão Real, 2005. (Cadernos de O Estandarte, p. 59-78).

SAAD, Pedro Fernandes. *O estudo do papel potencializador da educação a distância na democratização do acesso à educação superior no Brasil*, 2010. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Eliane Moura; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. Políticas públicas em educação a distância e a formação de professores no Estado da Paraíba. In: Seminário Regional de Política e Administração da Educação no Nordeste, 4., 2006, Natal. *Anais eletrônicos*. Natal: [s. n.], 2006. Disponível em: <http://anabeatrizgomes.pro.br/moodle/file.php/1/POLITICAS_PUBLICAS_EM_EDUCACAO_A_DISTANCIA_E_A_FORMACAO_DE_PROFESSORES_NO_ESTADO_DA_PARAIBA.pdf> . Acesso em: 12 jul. 2012.

TORRES, Patrícia Lupion; LUNARDI, Geovana Mendonça; VIANNEY, João. Qualificação dos agentes de formação profissional rural: uma experiência de pós-graduação na modalidade a distância. *Virtual Educa*, Cidade do México, p.1-10, 2005. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:19500&dsID=n02torreslup05.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2012.